

# | 1202 | ÊXODO DO CENTRO DA CIDADE: EDIFICAÇÕES DO PODER E DA CULTURA NA CIDADE DE ARACAJU-SE

*Cesar Henriques Matos e Silva*

## **Resumo**

Nestas últimas décadas, as cidades brasileiras apresentaram uma dinâmica urbana que se ancorou em movimentos de saída do centro da cidade de diversas funções urbanas, por meio de uma reestruturação das atividades terciárias e da realocação de funções administrativas. O centro da cidade perdeu paulatinamente seu lugar de cerne da vida urbana. Este trabalho apresenta o processo, que se desenrola desde as últimas duas décadas, de êxodo do centro de Aracaju de atividades e edificações ligadas ao poder público, como a sede do governo e complexos administrativos, e à cultura, como cinemas e teatros.

**Palavras-chave:** Centro da cidade. Esvaziamento funcional. Aracaju.

## **1. Introdução: a centralidade em Aracaju**

O desenvolvimento urbano de Aracaju nos últimos 25 anos, aproximadamente, pode ser sintetizado pela noção de êxodo do centro da cidade. Embutido nesta expressão estão implícitos, a grosso modo, dois processos concomitantes: por um lado, uma intensa expansão urbana como resultado de um crescimento populacional acelerado e, por outro lado, um “abandono” das áreas centrais por parte das elites, traduzido por uma refuncionalização e, especialmente, uma resignificação do centro. Este processo não é específico de Aracaju. Nestas últimas décadas, as cidades brasileiras apresentaram, em geral, uma dinâmica urbana que se ancorou em movimentos de *saída do centro* da cidade, decorrentes de uma forte reestruturação das atividades terciárias e da realocação de funções administrativas fora das áreas centrais.

As décadas de 80 e 90 marcam, portanto, uma nova fase na história recente de Aracaju. Uma gama variada de projetos e empreendimentos públicos e privados conforma aos poucos uma nova cidade em termos de estrutura urbana e relações funcionais, apresentando, por exemplo, uma malha urbana mais extensa e espalhada, além de um emergente processo de verticalização em determinados bairros fora da área central.

Atualmente, Aracaju apresenta uma população de 587.701 habitantes que, somados à população dos municípios vizinhos de N. Sra. do Socorro (165.194 hab.), São Cristóvão (81.011 hab.) e Barra dos Coqueiros (26.059 hab.), resulta em uma área

metropolitana com aproximadamente 850.000 habitantes<sup>1</sup>. Além de capital, é a maior cidade de Sergipe, tendo apresentado um crescimento populacional bastante acelerado até a década de 1980 (tabela 1). Grandes conjuntos habitacionais construídos nestes municípios vizinhos, a partir do final dos anos 80, contribuíram para uma rápida expansão da malha urbana metropolitana e uma forte segregação espacial. Acentuam-se também as diferenças sócio-espaciais intra-urbanas como, por exemplo, entre os bairros em direção ao sul, onde se concentram as populações de maior poder aquisitivo, e as regiões norte e oeste, com as populações mais pobres.

**Tabela 1:** Taxas geométricas de crescimento da população de Aracaju

	Taxa de crescimento anual (%)	População urbana	População rural	População total
1970	-	179.276	4.394	183.670
1980	4.79	287.900	5.200	293.100
1991	2.92	402.341	-	402.341
1996	1.25	428.194	-	428.194
2000	1.86	460.898	-	461.898

Fonte: Censo 1996 / Contagem da População - IBGE e Dados Preliminares do censo 2000.

In: [www.aracaju.se.gov.br](http://www.aracaju.se.gov.br).

Modifica-se radicalmente a condição do seu centro tradicional: a cidade que até então havia passado por processos de crescimento de sua malha urbana através de movimentos de *expansão com continuidade espacial*, sem muitas lacunas na ocupação do solo, vai passar a ser, a partir dos anos 80, uma cidade cada vez mais *fragmentada espacialmente*, com um novo tipo de estruturação intra-urbana contendo grandes vazios urbanos. Ou seja, ao invés de um “crescimento urbano por extensão”, temos um “crescimento por fragmentação”, com saltos espaciais (FERNANDES, 2007), em decorrência da ação do Estado e do capital privado.

Apesar desta expansão espacial fragmentada, não se pode afirmar que em Aracaju, como uma cidade de porte médio, novas centralidades urbanas tenham se estabelecidos tão claramente na paisagem urbana, em oposição ao centro principal, ainda que a intensificação recente do consumo das classes médias tenha produzido, visivelmente, uma expansão das atividades comerciais e uma especialização funcional. Observamos em

<sup>1</sup> Dados do IBGE - Estimativa da População 2012.

Aracaju o que Fernandes (2007) denominou “de subtração de centralidade por asfixia”: as áreas centrais, apesar de densamente ocupadas, tornam-se “vazios construídos e vazios políticos” ao se esvaziam de atividades como habitação, trabalho e lazer.

Assim sendo, manifestam-se, neste momento, novos interesses hegemônicos, inclusive imobiliários, que capitaneiam uma diversidade de empreendimentos privados e políticas públicas de intervenção no espaço urbano que, aos poucos, tiram os holofotes do centro da cidade. Como investimento público, por exemplo, temos a urbanização da orla da Atalaia, a partir da década de 80, e a construção de um *campus* da Universidade Federal. O capital privado vai atuar, dentre outros, no ramo dos *shopping centers* e na produção de novas áreas de moradia de alto padrão, em bairros como 13 de Julho e Jardins, ao longo da década de 90. É fato que as funções comerciais de Aracaju continuavam ainda muito fortes na década de 80, tendo se especializado em suas funções e se expandido espacialmente a partir daí. Mas, “aliado à ampliação, houve um empobrecimento do centro, que hoje está mais voltado para o comércio de produtos destinados às classes populares” (FRANÇA, 1999, p. 169-170).

Apesar disso, ainda podemos caracterizar funcionalmente o atual centro de Aracaju a partir de seu “caráter polivalente e de síntese (comércio, serviços e administração pública)” e por ser o foco do transporte público, “em que pese os processos recentes de descentralização terciária, inclusive administrativa”, conforme Villar (2002, p. 92). Este processo de descentralização terciária tem como implicação, dentro outras, a substituição de estabelecimentos comerciais e de serviços destinados às classes mais altas, que são atraídos por novas localizações, por outros voltados às classes mais populares. No entanto, o êxodo de outras atividades, como moradia, lazer, representações do poder etc., pode acarretar um esvaziamento de fato, pois elas não são “repostas” e praticamente desaparecem do centro tradicional. É este conceito de esvaziamento e a conseqüente perda da diversidade (em todos os sentidos, especialmente a social) que tratamos aqui. Iremos destacar, de um lado, as atividades ligadas ao poder político instituído e, de outro, as edificações culturais.

Como complementação e ilustração dos processos aqui descritos, apresentamos também neste trabalho os resultados de um procedimento de coleta e análise de registros jornalísticos (artigos, notícias e opiniões) publicados na imprensa local ao longo do período entre 1989 e 2004. Este levantamento foi realizado no âmbito de uma tese de doutorado e teve como objetivo criar um panorama da vida cotidiana no centro da cidade de Aracaju. Esta metodologia de leitura de jornais nos permitiu obter um olhar diferenciado a respeito

do esvaziamento funcional e simbólico do centro principal, concomitante com a produção de novas centralidades e uma acentuada segmentação social.

A metodologia adotada consistiu no levantamento de fontes primárias em um periódico diário local, o Jornal da Cidade, de cujas edições foram coletadas e classificadas todas as referências sobre o centro da cidade: registros jornalísticos ou opinativos sobre fatos e eventos, publicados por articulistas e jornalistas. O universo amostral consistiu de quatro períodos anuais, com espaçamento de cinco anos entre eles: 1989, 1994, 1999 e 2004; ao longo de cada um destes espaços cronológicos (janeiro a dezembro) foi feita a leitura apenas das edições de terça-feira e sexta-feira. A partir disso, foi possível montar um quadro representativo da vida pública no centro da cidade, seu cotidiano, suas imagens e representações.

## **2. Êxodo das atividades urbanas ligadas ao poder**

A partir dos anos 1980, muitas funções urbanas tradicionalmente centrais passam a ser paulatinamente transferidas para outras localizações fora do centro da cidade, em especial as atividades terciárias (comércio, serviços e administrativas). Na figura 1 podemos visualizar a localização de alguns dos primeiros marcos importantes neste processo, desde o novo Terminal Rodoviário, construído em 1979, até o primeiro *shopping center* da cidade dez anos depois.

Dentre as edificações do poder político e da administração pública, o primeiro movimento que afeta o centro da cidade foi a construção do Centro Administrativo do Estado de Sergipe, iniciada na década de 80 em uma área localizada atrás da Nova Rodoviária (inaugurada em 1979), próximo a grandes avenidas e a rodovias de acesso à cidade (figuras 1 e 2). Como em muitas outras cidades brasileiras, o objetivo foi reunir em um único espaço as diversas edificações relativas ao funcionamento da máquina administrativa estadual, antes dispersas nas áreas centrais da cidade. Segue a mesma lógica dos *campi* universitários: localização afastada da malha urbana e em situação de isolamento, condizente com os preceitos do urbanismo modernista de zoneamento e segregação de funções.

A ocupação do Centro Administrativo por secretarias e outros órgãos públicos estaduais foi bastante lenta, e ainda hoje existem muitos lotes vazios, o que faz com que o local se configure hoje em um ambiente desolado e inóspito (figura 3), onde terrenos vazios se intercalam a edificações em implantação isolada que abrigam, entre outros, a Secretaria da

Fazenda, Fórum de Justiça do TRE, Centro de Referência da Mulher (vinculado à Secretaria de Estado da Saúde), além de algumas instituições federais, como o Tribunal de Contas de União e o CREA (Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura), ou mesmo de caráter privado (Casa da Indústria). Também nos anos 80 foi construído nas cercanias o maior hospital regional de Sergipe, o Hospital de Urgência João Alves Filho. Sua localização próxima à rodovia BR-235 (figura 2) visava facilitar o acesso a pacientes e usuários do interior do estado.



**Figura 1:** Localização de novos equipamentos urbanos implantados em Aracaju nos anos 70/80, em relação ao centro da cidade (1):

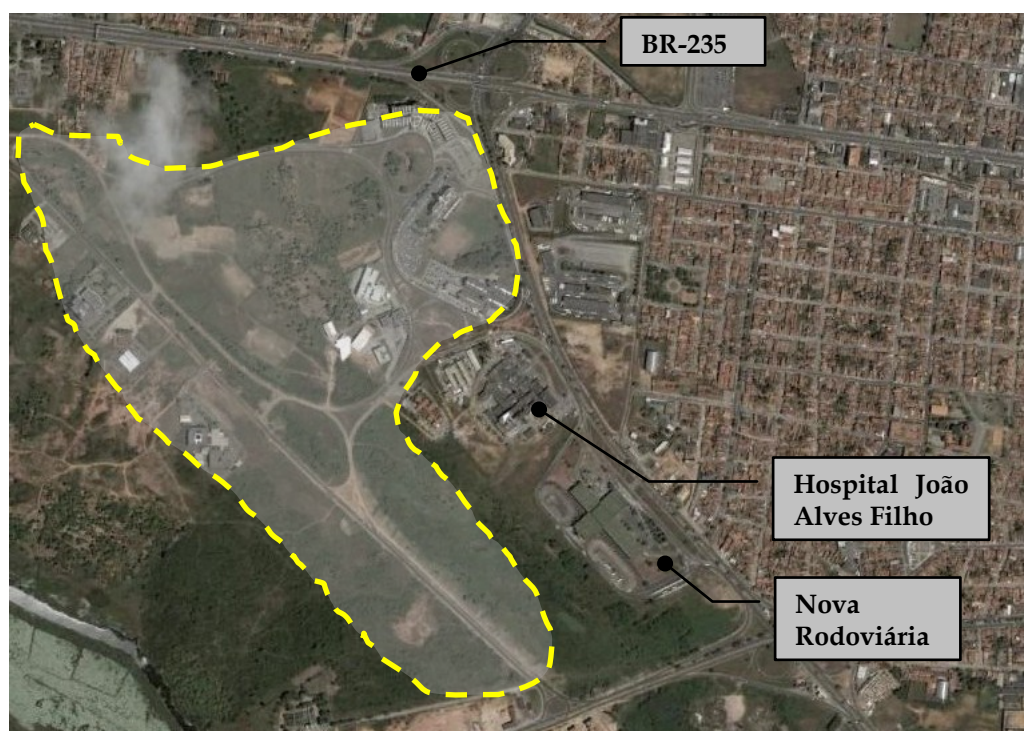
- 2- Nova Estação Rodoviária (1979)
- 3- Centro Administrativo estadual (a partir dos anos 1980)
- 4- Campus da Universidade Federal de Sergipe/UFS (1981)
- 5- Shopping Riomar (1989)

Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

Em função desta ocupação insuficiente e incompleta, o Centro Administrativo de Sergipe não produziu forte impacto na cidade, especificamente em seu centro, como foi o caso do Centro Administrativo da Bahia (CAB) em Salvador, edificado nos anos 70 na avenida Paralela, um dos principais eixos de expansão imobiliária da cidade. Um caso mais recente é o da Praça de Liberdade, em Belo Horizonte, de onde o Governo do Estado de

Minas Gerais transferiu a sede do governo, antes no Palácio da Liberdade, e diversas secretarias para um novo centro administrativo às margens de uma via expressa que conecta a cidade com o Aeroporto Internacional de Confins. Com isso, a Praça da Liberdade deixa de ter um caráter cívico, perdendo a importância simbólica de espaço de poder, cujos edifícios históricos passaram a ser ocupados por centros culturais, como a sede da Orquestra Sinfônica, Centro Cultural Banco do Brasil, Planeta TIM UFMG, entre outros. Há, entretanto, diversas vozes críticas que apontam a perda simbólica da praça como lugar do poder, integrada à centralidade urbana. A praça não deveria virar museu, pois

não há como negar a importância cívica do espaço da Praça da Liberdade nos momentos decisivos da vida nacional. (...) Sua importância simbólica enquanto espaço do Poder Estadual, construída ao longo dos últimos cem anos, deixou de ser importante para a identidade mineira? (...) A dimensão simbólica de seus ícones (de Minas Gerais) há que serem reforçados, requalificados, nunca abandonados ou descaracterizados (VILLELA, 2004).



**Figura 2:** Centro Administrativo de Sergipe (em amarelo). Fonte: Google Earth, 2003, imagem reformada pelo autor.

Se o Centro Administrativo em Aracaju não obteve plena realização do ponto de vista da ocupação dos lotes, uma outra intervenção estatal produziu um impacto maior no centro. Em 1997, em virtude da realização de reformas no Palácio Olímpio Campos, no centro, a sede do governo estadual foi transferida provisoriamente para um edifício

administrativo na Avenida Adélia Franco, no bairro Grageru (figura 4). Em 1999, o Governo do Estado decidiu pela permanência definitiva neste edifício, alegando inadequação do antigo Palácio para ser sede de governo.



**Figura 3:** Paisagem inóspita do Centro Administrativo Estadual. Foto do autor, 2008.

Este edifício, que passou a ser chamado de Palácio de Despachos, abrigava anteriormente um dos órgãos públicos estaduais e foi adaptado ao novo uso. Sua forma arquitetônica não apresenta nenhuma característica significativa que o identifique como sede de governo, não sendo, portanto, capaz de cumprir com a função simbólica de representar e identificar o poder político instituído. A própria utilização da palavra “despacho” na denominação do edifício já remete às suas funções burocráticas e administrativas, em detrimento do seu papel político representativo. Do ponto de vista simbólico podemos afirmar que não existe mais a sede de governo, pois ao sair do centro da cidade ele perde sua visibilidade pública e se distancia física e visualmente da concentração de pessoas, típica dos espaços centrais.

No âmbito do município a decisão de sair do centro também aconteceu, mas apenas recentemente. A motivação principal foi basicamente a mesma: inadequação do Palácio Inácio Barbosa, na Praça Olímpio Campos, para atender às demandas do gabinete do prefeito, em termos de infra-estrutura física e funcional (inclusive carência de estacionamento). Além disso, diversas secretarias funcionavam em diversos prédios alugados no centro, o que gerava um alto custo de manutenção. Em 2005 é inaugurado o Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos, em uma rua secundária do bairro Ponto Novo. Neste caso, as instalações são bem mais modestas, pois se trata de apenas uma única edificação, antes pertencente ao Banco do Brasil que foi adquirida pela Prefeitura e

reformada a partir de 2002. Nele funcionam hoje o Gabinete do Prefeito, as secretarias de Governo, Administração, Assistência Social, Planejamento Urbano e Comunicação. Outras secretarias municipais ainda se localizam de forma dispersa na cidade, uma boa parte ainda no centro.



**Figura 4:** Palácio de Despachos, na av. Adélia Franco, sede do governo estadual desde 1997.  
Foto do autor, 2007.

Aqui também observamos que não é apenas a operacionalidade das funções administrativas que está em questão, mas a dimensão política. Especificamente, o que está em jogo é a relação entre as instituições do poder democraticamente instituído e os cidadãos no cotidiano da cidade. Ao se instalar a sede de governo em uma localização sem referências urbanas e em um edifício cuja arquitetura não é reconhecida pelo cidadão comum como representativa do poder público, se perde a simbologia que está atrelada à representação política. Assim, atos públicos organizados, como manifestações de greve ou protesto, passam despercebidos da população de modo geral quando acontecem em frente a estes edifícios administrativos. E se, por outro lado, as manifestações ocorrem em alguma praça central buscando maior visibilidade na sociedade, deixa de existir a proximidade ou acessibilidade, ainda que simbólica, ao chefe de governo.

Entretanto, é bom ressaltar que algumas instituições políticas do campo legislativo ou judiciário continuam no centro da cidade: a Assembleia Legislativa e o



Tribunal de Justiça, na Praça Fausto Cardoso, e a Câmara de Vereadores, na Praça Olímpio Campos.

## 2.1 Notícias sobre edifícios do poder

Como já delineado, a seguir analisamos as notícias referentes a edificações ligadas aos poderes constituídos, principalmente ao executivo e ao legislativo. De modo geral, são notícias sobre a Prefeitura e Câmara Municipal, a Assembléia Legislativa e o Palácio do Governo estadual. Estas edificações se concentram no conjunto das três praças centrais de Aracaju, alguns dos espaços públicos mais significativos da cidade (figura 5).

É em torno destas praças e também na adjacente Rua João Pessoa, principal rua de pedestres da cidade, que as manifestações públicas dirigidas aos poderes constituídos vão acontecer com mais frequência. Muitas vezes, por exemplo, passeatas de protesto percorrem diversas ruas do centro e têm como ponto final do percurso o Palácio Olímpio Campos, sede do Governo estadual até 1997.



**Figura 5:** Localização das edificações do poder nas praças centrais.

Fonte: Google Earth, 2003, imagem reformada pelo autor.

As notícias que cabem aqui são as que tratam especificamente das edificações propriamente ditas e de seu funcionamento, seja do executivo, legislativo ou judiciário. A localização central destas edificações reforça a carga simbólica dos espaços públicos centrais, realizando-se enquanto esfera de contato da sociedade civil com os governantes. Assim, a

transferência das sedes dos governos estadual, em 1997, e municipal, em 2005, para fora do centro da cidade produzem um descolamento desta esfera de contato, seja na dimensão físico-espacial, seja na dimensão simbólica.

Como podemos observar na tabela 2 abaixo, considerando a soma total de todas as notícias coletadas nos quatro anos da amostra, a maioria absoluta (80%) das notícias relacionadas com o tema está localizada no ano de 1989, com oito registros. Nos anos seguintes, quase não há mais nenhuma referência a edificações do poder no centro da cidade.

**Tabela 2:** Quantitativo de notícias publicadas no Jornal da Cidade sobre *edificações do poder* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Edificações do poder</b>	8	8,3%	1	0,9%	1	1,2%	0	0,0%
<b>Total</b>	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

Este maior volume se deve ao impasse, ocorrido naquele ano, a respeito das futuras instalações da Câmara Municipal, que estava funcionando provisoriamente na Praça João XXIII, onde se localiza a antiga Rodoviária. Das 8 (oito) notas registradas, 6 (seis) referem-se a esta questão. Conforme lemos em notícia publicada em fevereiro de 1989<sup>2</sup>, o governador Antonio C. Valadares havia prometido ceder o prédio do antigo Tribunal de Justiça (à época ocupado por uma Secretaria estadual), localizado na Praça Almirante Barroso, para a nova sede da Câmara de Vereadores, mas recuou desta oferta.

A situação, entretanto, ainda demorou um pouco para se resolver. Em outubro do mesmo ano (1989), o Jornal de Sergipe noticia que o vereador Sérgio Bezerra cobra do governador Valadares a prometida cessão do prédio para a instalação da Câmara<sup>3</sup>. É interessante observarmos que a argumentação do vereador para a sua insistência na resolução do problema passa pela importância da instituição no contexto de redemocratização do país, a partir dos anos 80: “A Câmara Municipal tem hoje uma nova realidade, de valor qualitativo, que é a presença e as contínuas manifestações de vereadores combativos, o que não ocorria antes”<sup>4</sup>.

A reforma das instituições políticas é também o tema, direta e indiretamente, das outras duas notícias sobre edificações do poder neste ano de 1989. Uma delas, em outubro, é destaque na primeira página do Jornal da Cidade e trata da promulgação da nova

<sup>2</sup> “Vereadores frustados”. Jornal da Cidade, 21/02/1989, coluna Periscópio, p. 5.

<sup>3</sup> “Bezerra pede novo prédio para a Câmara”. Jornal de Sergipe, 08, 09 e 10/10/1989, p. 3.

<sup>4</sup> *Idem*. 08, 09 e 10/10/1989, p. 3.

Constituição do Estado de Sergipe, em solenidade na Assembleia Legislativa, na Praça Fausto Cardoso. Sob o título “Constituição é fruto de pluralismo”, o jornal informa que estiveram presentes “o governador, o presidente da Assembleia Constituinte, dep. Guido Azevedo, senadores Albano Franco e Lourival Baptista, o ministro do Interior, João Alves Filho, representando o presidente José Sarney, e diversas outras personalidades”. Além disso, “centenas de pessoas simples do povo aglutinadas nas galerias até no plenário”.

Naquele momento de redemocratização do Brasil, parece haver, a princípio, uma maior proximidade da população com os governantes, representada pela presença das edificações dos poderes executivo e legislativo na área central. Vejamos um fato curioso que ilustra isso: em janeiro de 1989, o Jornal da Cidade noticia que uma “débil mental” (*sic*) havia invadido o Palácio do Governo e xingado o governador, apesar do esquema de segurança. Depois de sair do Palácio, “o discurso [da mulher] continuou na calçada, obrigando o fechamento das portas mais cedo”.

Nos anos seguintes, apenas dois registros: em setembro de 1994, lemos que está exposto no Palácio Olímpio Campos o Troféu FIFA, conquistado pela seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo dos EUA, em julho do mesmo ano<sup>5</sup>. Em 1999, o governo estadual não se localiza mais no centro, como já mencionado, pois em 1997 o então governador Albano Franco havia transferido provisoriamente a sede de governo para outra localização na cidade, justificado pela necessidade de reformas no Palácio. Em junho, uma matéria relata que o edifício não mais voltaria a ser a sede do governo após as reformas, mas seria transformado em “Palácio de Atos” para grandes eventos, além de abrigar uma pinacoteca e espaço para exposições. O governador explica:

eu saí dele (do edifício) por causa da necessidade de realização de reformas, mas avalio hoje que o prédio não oferece comodidade, não é funcional para abrigar uma estrutura de governo. Por isso é que estou transformando-o em Palácio de Atos, seguindo uma tendência existente em alguns países europeus. O Palácio de Despachos, na avenida Adélia Franco, é mais amplo.<sup>6</sup>

É interessante lembrar que a mudança com vistas à reforma aconteceu dois anos antes, aproximadamente, e só depois é anunciada a decisão de não mais retornar ao centro. As razões para esta decisão podem não estar apenas na racionalidade que trata do bom funcionamento do aparato administrativo, mas no desejo político de se afastar na vida pública do centro da cidade, da exposição direta às manifestações e atos públicos de protesto, por exemplo. Entretanto, no âmbito da pesquisa foram coletadas também notícias sobre

---

5 “Troféu FIFA: hoje em exposição no Olímpio Campos”. Jornal da Cidade, 20/09/1994, p. 16.

6 “Olímpio Campos é um palácio de atos”. Jornal da Cidade, 22/06/1999, p. A-3.

manifestações no espaço público, e a sua quantidade (20) ainda é significativa em 1999, perfazendo 37,7% de todos os quatro anos pesquisados. Ou seja, verificamos que as manifestações públicas continuam a acontecer no centro, muito embora os edifícios do poder estejam cada vez menos ali.

Neste contexto, a título de ilustração cabe aqui citar duas notícias de manifestações de protesto de “invasores” do conjunto habitacional Terra Dura<sup>7</sup>, em maio e junho de 1999<sup>8</sup>, que estavam sendo obrigados pela Justiça a deixarem suas casas. Ambas aconteceram, respectivamente, em frente à Assembleia Legislativa e à Câmara Municipal, com o objetivo de pedir apoio aos parlamentares. No primeiro caso, o Jornal da Cidade informa que os “invasores” solicitavam também ao governador uma intervenção no impasse, ainda que tivessem feito o ato no Legislativo. Outro aspecto curioso é que os manifestantes saíram a pé do conjunto em questão em direção à Assembleia, no centro, mas no meio deste percurso está localizado o Palácio de Despachos, na av. Adélia Franco, atual sede do governo estadual. Mesmo assim, o protesto não se deteve neste ponto, mas buscou o centro da cidade.

### 3. Êxodo das atividades culturais

A vida cultural no centro de Aracaju se esvaziou sensivelmente a partir da década de 90, em especial quando falamos de salas de cinema e teatros. Aliás, há muito tempo não havia mais sala de teatro no centro, desde que o tradicional Cine-Teatro Rio Branco, na Rua João Pessoa, passou a funcionar exclusivamente como cinema a partir do início dos anos 80, para depois sucumbir aos filmes pornográficos e ser demolido em 2004, dando lugar a uma loja de confecções. A Rua João Pessoa operou por muitos anos como “espaço público forte” (SILVA, 2009 e 2010) na medida em que interligava diversos lugares ligados à cena cultural e política. O Rio Branco era um destes espaços da intelectualidade, assim como a Livraria Regina, por exemplo. Todos se conectavam por meio do *espaço da rua*, lugar de passagem e de permanência ao mesmo tempo.

Ainda há, de certa forma, o Teatro Atheneu, que também está “na rua”. A escala também é a do pedestre, mas no bairro São José, bastante próximo ao centro. Inaugurado em 1954, funcionou por décadas como o principal espaço cênico e de música na cidade. O mesmo não se pode dizer do Teatro Tobias Barreto, que a partir de 2002 substituiu o Atheneu como o principal da cidade. Ao invés de uma rua, está localizado em um

---

<sup>7</sup> Trata-se de um complexo de diversos conjuntos habitacionais na periferia sudoeste da cidade, atualmente com o nome de Santa Maria.

<sup>8</sup> “Terra Dura: invasores fazem manifestação”, Jornal da Cidade, 25/05/1999, p. B-1, e “Terra Dura: invasores terão que deixar conjunto até segunda-feira”, Jornal da Cidade, 01/06/1999, p. B-1, respectivamente.

cruzamento de duas avenidas de alta velocidade, onde a escala não é do pedestre, mas do automóvel (figuras 6 e 7). A paisagem urbana é típica de uma *strip* à Las Vegas, composta por galpões de um distrito industrial, um grande supermercado, um centro de convenções, um condomínio vertical fechado com muros altos e, mais recentemente, um viaduto. O Teatro Tobias Barreto é um grande empreendimento público na área cultural, considerado um dos mais completos da região nordeste, com aproximadamente 1300 lugares, mas cuja arquitetura trabalha muito mais com a ideia da imponência do que com a do diálogo com o espaço urbano e com a cidade.



**Figura 6:** Vista aérea do Teatro Tobias Barreto e entorno. Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.



**Figura 7:** Teatro Tobias Barreto. Foto do autor, 2007.

A relação com a rua também se perde no caso dos cinemas. Como em outras cidades brasileiras, o advento das modernas salas de cinema *multiplex* em *shopping centers* trouxe o último suspiro para os cinemas do centro. Até a década de 80, Aracaju possuía

quatro cinemas no centro, mas o último deles (Cine Palace) foi fechado poucos anos após a inauguração de duas salas no Shopping Riomar em 1989. Posteriormente, a inauguração em 1997 de nove salas no Shopping Jardins consolidou de vez nos hábitos da população de Aracaju o que podemos chamar de “cinema de shopping”, associado especialmente a serviços como estacionamento, segurança e gastronomia, sepultando por ora uma eventual e remota possibilidade de retorno de algum “cinema de rua” na cidade.

### 3.1. Notícias sobre edificações culturais

As notícias referentes a edificações no centro de Aracaju destinadas a atividades culturais e manifestações artísticas ao longo do período pesquisado (entre 1989 e 2004) são em pequeno número (apenas 13, no total), porém o mais importante é verificar o seu declínio quantitativo (tabela 3). As notícias publicadas estão em maior número no ano de 1989, seguido de uma redução em sua participação percentual no total de cada ano até chegar a zero em 2004. Isso reflete o esvaziamento da vida cultural no centro da cidade, resultado do êxodo das edificações destinadas a este fim.

**Tabela 3:** Quantitativo de notícias publicadas no Jornal da Cidade sobre *equipamentos culturais* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Equipamentos culturais</b>	6	6,2%	5	4,8%	2	2,4%	0	0,0%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

Dentre os edifícios culturais destaca-se a Galeria de Arte Álvaro Santos, implantada no interior da Praça Olímpio Campos. Inaugurada em 1966, embora de pequeno porte ainda hoje ela é o principal espaço para exposições de artes plásticas do centro de Aracaju. Das 13 notícias registradas entre 1989 e 2004, metade delas, ou seja, 7 (sete), referem-se a eventos culturais que acontecem neste espaço. Geralmente são pequenos registros em colunas sociais ou nas páginas de variedades informando sobre estas exposições. Vejamos algumas delas, de 1989 e 1994, respectivamente:

Exposição comemorativa ao Dia Mundial do Folclore foi aberta no último dia 22 de agosto na Galeria de Arte Álvaro Santos. No segundo piso da galeria continua a Mostra de Fotografias, com trabalhos de diversos fotógrafos sergipanos<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> “Exposição didática é um sucesso”. Jornal de Sergipe, 01/09/1989, p. 10.

Dia 15 de dezembro acontece lançamento do livro ‘Concerto sem final’, de Vieira Neto, na Galeria de Arte Álvaro Santos<sup>10</sup>.

Analisando a outra metade das notícias, percebemos a pulverização dos acontecimentos culturais em diversas edificações no centro. Muitos destes espaços não hospedam nem mesmo instituições culturais de fato, públicos ou privados, mas abrigam esporadicamente e/ou provisoriamente algum evento, como o Centro de Turismo e Artesanato. Até mesmo a Academia Sergipana de Letras se enquadra neste caso, pois aparece apenas uma única vez na pesquisa amostral como palco de um evento cultural.

Em assim sendo, vemos que, em agosto de 1989, acontece o projeto Mês da Cultura na Caixa em três agências bancárias do centro, com exposição de pintores sergipanos e apresentações de música, como da Camerata da UFS e do grupo vocal Staccato, na agência da Av. Barão de Maruim<sup>11</sup>. Em outubro do mesmo ano, vemos em nota de uma colunista social que a Secretaria de Cultura do Estado promove o lançamento do livro “O grande Akundô”, de Juarez Conrado<sup>12</sup>, no Centro de Turismo.

Os cinemas são dos poucos equipamentos culturais de apelo popular no centro da cidade, mas eles vão aos poucos sendo fechados ao longo da década de 80 e 90. Normalmente, eles não aparecem nos jornais em forma de notícia (por isso não foi registrado para esta pesquisa), mas em anúncio publicitário com a programação dos filmes em cartaz.

No entanto, duas notícias sobre a dinâmica das salas de cinema no centro da cidade foram registradas nesta pesquisa. A primeira, em uma nota de colunista social de agosto de 1994, informa que o empresário José Queiroz estava interessado em arrendar o cinema em construção no empreendimento Rua 24 Horas (galeria comercial aos moldes da existente em Curitiba). A segunda notícia é publicada cinco anos depois, em 1999, e apresenta um quadro oposto: com uma manchete na primeira página, o jornal informa sobre a demolição do antigo e já desativado Cine Aracaju, na rua Laranjeiras, de propriedade do mesmo empresário<sup>13</sup>, que dará lugar provisoriamente um estacionamento rotativo. Em um tom nostálgico, o jornal discorre sobre a situação dos cinemas em Aracaju: nos últimos dez anos, aquele era o terceiro cinema fechado na cidade, só restando os cinemas de *shopping* (à época, duas salas no Riomar e o multiplex com nove salas no Jardins).

---

10 Barros, João. Sem título. Jornal da Cidade, 06/12/1994, coluna João de Barros, p. 10.

11 “Mês da Cultura na Caixa será atração”. Jornal de Sergipe, 08/08/1989, p. 10.

12 Guimarães, Sacuntala. “Lançamento”, Jornal de Sergipe, 13/10/1989, coluna Atos e Fatos, p. 9.

13 “Cine Aracaju dá lugar a estacionamento”. Jornal da Cidade, 06/01/1999, p. B-9.

Antes haviam sido demolidos o Cine Vitória, na rua de Itabaianinha, que pertencia à Igreja Católica e foi demolido para dar lugar às Lojas Americanas; o Cine Plaza (no Siqueira Campos), onde hoje funciona um templo da Igreja Universal do Reino de Deus; e o Cine Palace, no calçadão da João Pessoa, que era explorado pelo empresário José Queiroz e onde hoje funciona o Bingo Palace<sup>14</sup>.

No centro, continua a matéria, o único que funciona precariamente é o Rio Branco, “o mais tradicional cinema da capital”, mas apenas com uma programação de filmes pornográficos. A legenda da foto que acompanha a matéria diz: “Adeus definitivo ao antigo Cine Aracaju – só resta um no centro”.

Por fim, três outras notícias são dignas de registro, pois ilustram a tendência de dispersão de equipamentos urbanos em novos espaços da cidade<sup>15</sup>. Na primeira edição do ano de 1989, o Jornal da Cidade informa que o antigo prefeito Viana de Assis inaugurou, em 31 de dezembro de 1988, o Museu da Cidade, no Parque da Sementeira, antes de entregar o cargo para o prefeito eleito Wellington Paixão. As outras duas notícias tratam da possível construção de um novo teatro para a cidade. No mesmo mês de janeiro de 1989, o jornal informa sobre a rescisão de contrato, motivada provavelmente por questões político-partidárias a partir da posse do novo prefeito, entre o Governo do Estado e a Prefeitura para a cessão de uma área no entorno da Marina Pública, na Coroa do Meio<sup>16</sup>, para a construção de um teatro municipal para 1600 espectadores. Um dos principais objetivos deste projeto não estava relacionado ao desenvolvimento cultural da cidade, mas na construção de uma imagem pública de Aracaju, em um contexto de desenvolvimento turístico. Pelo menos é o que se deduz das palavras do ex-presidente da EMSETUR (Empresa Sergipana de Turismo), Luis Eduardo Costa: “a construção de um teatro de porte em Aracaju, além de implicar na vinda de grandes espetáculos, marcaria nestes atores (*sic*) a imagem da cidade, que seria com isso divulgada a nível nacional”. Interessante observarmos que, ao tratar do assunto, o Jornal da Cidade não dá voz à classe artística ligada ao teatro, por exemplo, e complementa a matéria com a afirmação de que Aracaju estava “se tornando um pólo turístico cultural”.

Sobre o mesmo assunto, porém com um enfoque mais voltado à cultura, o Jornal de Sergipe publica, em agosto de 1989, um artigo do artista Vieira Neto lamentando que o projeto para a construção do teatro esteja na “estaca zero”<sup>17</sup>. Ele chama a atenção para outras

---

14 *Idem*, 06/01/1999, p. B-9.

15 Por estarem se referindo a localizações fora do centro da cidade, as duas próximas notícias são mencionadas mas não foram contabilizadas na estatística final deste trabalho.

16 Note-se que é o mesmo bairro onde estava sendo construído, naquele momento, o Shopping Riomar.

17 Neto, Vieira. “Quando teremos o Teatro Municipal?”. Jornal de Sergipe, 18/08/1989, p. 10.



possibilidades desperdiçadas em Aracaju: o Parque Teófilo Dantas havia sido reformado na década de 80 e o projeto não contemplou um “teatrinho de arena”, como “existem em parques semelhantes de outras cidades”. Este seria o espaço ideal, “em pleno centro da cidade”, para a montagem de peças por grupos locais. Em outro espaço de lazer, o calçadão do bairro 13 de julho, também não foi concebido um teatro de arena, lamenta o autor. A única esperança parecia ser o Cine Rio Branco (na época funcionando como cinema pornográfico, como vimos), que já havia sido “tombado oficialmente” como patrimônio histórico da cidade e, segundo ele, iria ser desapropriado e restaurado<sup>18</sup>.

#### 4. Considerações finais

As transformações de ordem funcional do centro de uma cidade brasileira, como aqui apresentado, apontam para uma perda de valor simbólico do espaço público e dos centros de cidade, de modo geral. A remoção paulatina das atividades e edificações ligadas ao poder instituído e à cultura, como aqui ilustrado, é um indicativo de um êxodo mais abrangente: não apenas se retiram funções e atividades da área central, tornando esta parte da cidade cada vez mais homogênea (essencialmente comércio e serviços), mas o esvaziam simbolicamente. É assim que, por exemplo, ao lermos os jornais em 2004 percebemos que quase não se fala mais no centro da cidade.

Como vimos, estamos tratando de um processo que se iniciou já há quase 25 anos, ao final dos anos 1980, e há de se perguntar se era algo “inevitável” para uma cidade de porte médio como Aracaju. Esta perda da diversidade e heterogeneidade do centro de cidade têm como elementos norteadores idealizações de fundo claramente ideológico. Podemos afirmar que uma cidade como Aracaju não precisaria, necessariamente, estar incorrendo nesta opção, porquanto seu centro urbano ainda não apresentava, naquele determinando momento, sinais de esgotamento (funcional e econômico) e tinha, como ainda hoje o tem, amplas condições para se renovar. Mas alguns ideais de cidade são bastante fortes e se apresentam à sociedade como supostamente “inevitáveis”: como ilustração temos o elemento *shopping center* como “atestado” da modernização e, simultaneamente, a disseminação do consumo como pautadora da vida cotidiana. Outro aspecto que parece estar fortemente enraizado no nosso imaginário urbano está a constituição de um medo generalizado na cidade, especialmente nos espaços públicos.

---

18 O edifício do Cinema Rio Branco teve seu processo de tombamento revertido e foi demolido em 2003 para a construção de uma loja comercial.

Zigmunt Bauman (2001) nos falou dos espaços do consumo, formalmente concebidos para inibir a interação entre as pessoas e encorajar ações ligadas ao consumo, onde cidadão se converte em consumidor. Por outro lado, os espaços públicos das cidades brasileiras são apropriados por grupos sociais de menor poder aquisitivo. No centro, perde-se a perspectiva de espaços diversificados (comerciais, mas conjugados com outras funções como lazer, moradia e trabalho) onde se vislumbra a interação e o embate de formas de pensar e interesses diferentes e divergentes, incluindo conflitos daí decorrentes.

### **Referências bibliográficas**

BAUMAN, Zigmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERNANDES, Ana. Centralidade subtraída. Conferência apresentada no SILACC 2007 (Simpósio Latino-americano sobre Cidade e Cultura), em São Carlos, 2007.

FRANÇA, Vera Lucia A., Aracaju: Estado e metropolização. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 1999.

VILAR, José Wellington C. Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação. In: Revista de Aracaju, no. 09, 2002, p. 87-99.

VILELA, Jorge F. "Liberdade não deveria virar museu". In: [www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc109/mc109.asp](http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc109/mc109.asp), 2004, acesso em 08/11/2009.

SILVA, César Henriques Matos e. Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju. PPGAU/UFBA: Salvador, 2009 (Tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. *O conceito de espaço público forte como instrumento para a compreensão da dinâmica das áreas centrais: o caso de Aracaju*. Anais do I Seminário Internacional Urbicentros. João Pessoa, 2010.